AGRO / Com 283 mil hectares plantados, setor brasileiro quer chegar a 1 milhão em 10 anos. Experiência colombiana, com pesquisa financiada pela própria cadeia produtiva e integração com agricultores familiares, serve de referência

Dendê mira voos mais altos

» ROBERTO FONSECA

Belém — O Brasil quer multiplicar por mais de três vezes a área dedicada ao cultivo de palma de óleo, também conhecido como dendê, nos próximos 10 anos. A meta do setor é alcançar 1 milhão de hectares plantados, frente aos atuais 283 mil. Para chegar lá, será necessário quintuplicar o ritmo anual de novos plantios e superar obstáculos relacionados a crédito, regularização fundiária, pesquisa e concorrência com o produto importado.

A expansão tem como principal referência a Colômbia. Em 1990, os dois países tinham aproximadamente 80 mil hectares plantados com palma. Três décadas e meia depois, os colombianos chegaram a cerca de 640 mil hectares e se tornaram o quarto maior produtor mundial e o líder latino-americano. A produção anual do país está próxima de 2 milhões de toneladas de óleo, enquanto a brasileira varia entre 400 mil e 580 mil toneladas.

O Pará concentra mais de 95% da produção nacional e reúne atualmente a maior parte das áreas cultivadas. O plano de crescimento prevê aproveitar mais de 2 milhões de hectares de pastagens degradadas e consideradas aptas ao plantio na Amazônia, sem necessidade de derrubar vegetação nativa.

Para Marcello Brito, ex-presidente da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma) e diretor acadêmico da Fundação Dom Cabral (FDC) Agroambiental, a experiência colombiana deve funcionar como um espelho para o Brasil. O especialista avalia que o atraso brasileiro tem raízes históricas na falta de planejamento para a região amazônica. "O país foi administrado durante décadas de costas para a Amazônia", afirma. O resultado, segundo ele, foi a ausência de uma estratégia estruturada para desenvolver uma região que representa mais da metade do território nacional.

Brito alerta que a meta de 1 milhão de hectares precisa ser acompanhada de responsabilidades e mecanismos de execução. "Não pode ser apenas uma meta numérica ou um plano genérico", defende. Para ele, é necessário construir uma "estratégia nacional" que estabeleça "como, onde, por que e quem" ficará responsável por cada etapa da expansão.

Governança

A experiência colombiana, apresentada na Palmacon, o principal evento brasileiro da cadeia produtiva da palma de óleo, pelo engenheiro Diego Ignacio Nieto, auditor da certificação internacional RSPO e ex-pesquisador do Centro de Pesquisa em Palma de Óleo (Cenipalma), está apoiada em uma divisão de responsabilidades entre produtores, organizações do setor e governo.

Na base, os agricultores são responsáveis pela produtividade e pela adoção de práticas sustentáveis. No nível intermediário, entidades como a Federação Nacional de Cultivadores de Palma de Óleo (Fedepalma) e o Cenipalma coordenam pesquisas e serviços para toda a cadeia. Ao Estado cabe oferecer infraestrutura, segurança jurídica e regras para o funcionamento da atividade.

A pesquisa tem financiamento próprio. A Colômbia mantém um fundo abastecido por uma contribuição de 1,5% sobre as vendas do setor. Desse orçamento, 78% são destinados diretamente à pesquisa agronômica desenvolvida pelo Cenipalma. Segundo Nieto, o investimento ajudou a desenvolver variedades híbridas resistentes a doenças graves, como o amarelecimento fatal, que ameaça plantações de palma. "Cada peso investido em pesquisa gera um retorno de três pesos em benefícios para a cadeia produtiva", afirma.

Outro diferencial colombiano está na organização territorial da produção. O país estruturou 78 núcleos palmeiros, formados por usinas de extração cercadas por pequenos e médios agricultores. O modelo facilita o acesso à assistência técnica, ao crédito e à comercialização da safra. A participação da agricultura familiar é expressiva. Entre os mais de 9 mil produtores colombianos, de 74% a 75% têm propriedades com menos de 50 hectares. As mulheres representam 32% desse universo.

No Brasil, a integração com pequenos produtores é apontada como um dos caminhos para ampliar a atividade. O presidente da Abrapalma, Victor Almeida, defende que a expansão seja acompanhada de oportunidades para agricultores familiares. "Porque quando a palma cresce com o agricultor familiar, ganha a indústria, ganha o estado, avança a economia do Pará e ganha o mundo", afirma.

O óleo de palma tem diferentes aplicações nos dois países. No Brasil, é matéria-prima utilizada pela indústria de alimentos, na fabricação de produtos como biscoitos, margarinas e outros alimentos processados, além de atender segmentos industriais e o mercado de biocombustíveis.

Na Colômbia, o produto também tem presença expressiva no consumo doméstico de óleos vegetais. A participação de 98% no mercado interno demonstra a importância da cultura para o abastecimento alimentar. O biodiesel é outro destino relevante, com a mistura B10 adotada no país.

Oportunidades

A ampliação dos usos energéticos pode abrir novas oportunidades para os produtores brasileiros. A Lei do Combustível do Futuro e as regras internacionais para a aviação, estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), criam perspectivas para o desenvolvimento do combustível sustentável de aviação, conhecido pela sigla SAF, e do diesel verde.

A Abrapalma também defende incentivos à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que combinam a palma com outras culturas, como cacau e açaí. A proposta é diversificar a produção e ampliar as oportunidades econômicas nas propriedades rurais.

A regularização fundiária é outro problema enfrentado pelo setor. Sem a documentação que comprove a titularidade da terra, produtores encontram dificuldades para acessar linhas oficiais de crédito e financiar investimentos. Há ainda uma disputa relacionada à concorrência com o óleo importado.

O setor brasileiro questiona a negociação de cotas federais para a entrada de 250 mil toneladas de óleo de palma refinado asiático com alíquota zero de importação. O presidente da Abrapalma afirma que a reivindicação da indústria nacional é por condições equivalentes de competição. "E quero aqui dizer com toda clareza: não, o setor não está pedindo privilégios. O que pedimos é que quem investe no Brasil, emprega pessoas na Amazônia e recupera áreas degradadas possa competir em condições justas."

O Ministério da Agricultura e Pecuária não respondeu aos questionamentos feitos pela reportagem sobre os planos para o setor.

*** O jornalista viajou a convite da Abrapalma**

Panorama

Produtores do setor de Óleo de Palma pretendem chegar a 1 milhão de hectares de área plantada em 10 anos. O caso colombiano é usado como inspiração. Confira a comparação da produção entre os dois países



INDICADOR	BRASIL	COLÔMBIA
Área Plantada em 1990	80 mil hectares	80 mil hectares
Área Plantada Atual	283 mil hectares (95% no Pará)	640 mil hectares (em 21 departamentos)
Produção de Óleo Bruto	400 mil a 580 mil toneladas	1,9 a 2 milhões de toneladas
Posição no Ranking Global	Importador líquido	4º maior produtor do mundo
Geração de Empregos	2 mil famílias na base familiar (PA)	260 mil empregos (diretos e indiretos)
Perfil da Produção	39 mil hectares com agricultura familiar	74% a 75% pequenos produtores (menores de 50 hectares)
Estrutura de Usinas	Concentrada no Pará	78 núcleos palmeiros integrados
Taxa de Desmatamento Zero	100% em áreas pré-2008	99% da produção sem desmatamento

A META DE 1 MILHÃO DE HECTARES DO BRASIL

Área atual: ***283 mil*** **hectares**

Meta em 10 anos: ***1.000.000*** **de hectares**

Aceleração necessária: **multiplicar por *cinco vezes* o ritmo de plantio anual**

Terras disponíveis: ***mais de 2 milhões*** **de hectares** de pastagens degradadas aptas no Pará

IMPACTO SOCIAL NO PARÁ

Renda familiar na palma (10 hectares): ***R$ 15 mil*** **brutos/mês**

Renda média regional comparada: **cerca de *R$ 1,6 mil/mês***

Movimentação econômica anual no Pará: ***R$ 2,5 bilhões***

Volume colhido: ***3,2 milhões*** de toneladas de cachos

Três perguntas para Victor Almeida, presidente da Abrapalma

Está em discussão em Brasília a renovação da cota de 250 mil toneladas para importação de óleo asiático com imposto zero, com decisão prevista para dezembro. Qual é o impacto financeiro imediato que essa medida já causou na cadeia produtiva do Pará desde 2022?

Estimamos que o setor tenha perdido cerca de R$ 544 milhões desde abril de 2023. Esse número é a receita não realizada se os 9% tivessem se refletido integralmente no preço nacional do óleo de palma produzido no Brasil durante a vigência das diferentes cotas.

Para atingir a meta de 1 milhão de hectares em 10 anos, o setor precisa multiplicar por cinco o ritmo atual de plantio. O senhor citou o exemplo da Colômbia, que hoje tem mais que o dobro da nossa área plantada graças ao acesso a financiamento. O que falta exatamente nas linhas de crédito atuais do Brasil — como o Plano Safra ou fundos constitucionais — para que o produtor consiga financiar o ciclo longo do dendê e os sistemas agroflorestais?

As linhas atuais falham em dois pontos: 1) faltam linhas de longo prazo com carência de quatro anos para o médio e grande produtor, e a garantia é um obstáculo, já que boa parte dos produtores do Pará não tem o título definitivo da terra e o banco não aceita o contrato de longo prazo com a indústria nem a própria lavoura; 2) as linhas que existem para o pequeno produtor têm o limite baixo, apenas R$ 250 mil no Pronaf. A Colômbia resolveu esses pontos na sua fase de expansão, com abatimento de parte do principal para culturas de retorno tardio, fundo garantidor e produtores organizados em torno das indústrias. O Brasil tem os instrumentos para fazer o mesmo, com fundos constitucionais, BNDES e Fundo Clima. Falta combiná-los em um programa com prazo de 20 anos, carência com juros reduzidos e garantia compartilhada, voltado para áreas já desmatadas e para os médios e grandes produtores.

A Colômbia conseguiu que o seu óleo de palma fosse aceito na Europa para biocombustíveis, enquanto o produto brasileiro ainda enfrenta barreiras por ser classificado como de alto risco. Quais passos diplomáticos e técnicos o governo brasileiro precisa dar agora para destravar esse mercado, especialmente olhando para a demanda global de diesel verde e combustível sustentável de aviação (SAF)?

O que a Colômbia conseguiu não foi um acordo com a Europa, mas o reconhecimento, pela Organização da Aviação Civil Internacional, de um valor de emissões próprio para o combustível de aviação feito com a palma colombiana. É exatamente esse o caminho que o Brasil deve seguir, e ele tem três passos. O primeiro é técnico: produzir um estudo nacional de ciclo de vida, com instituição de credibilidade internacional, que documente o que nos diferencia, ou seja, um zoneamento que só permite plantar em área desmatada antes de 2008, rastreabilidade oficial dos cachos no Pará e monitoramento por satélite. O segundo é diplomático: a Anac, o Itamaraty e os ministérios da Agricultura e de Minas e Energia precisam apresentar esse dossiê à OACI e pleitear um valor específico para a palma brasileira, em vez de aceitarmos o número genérico calculado para o Sudeste Asiático. O terceiro é a Europa, onde o óleo de palma de qualquer origem é tratado como matéria-prima de alto risco; ali o trabalho é obter a certificação de baixo risco para a produção em área degradada e com agricultura familiar e levar o tema ao diálogo comercial com o bloco. A Colômbia levou dois anos e hoje fala em bilhões de dólares em investimento em SAF. O Brasil tem um argumento ambiental mais forte e ainda não entrou com o pedido.

DOE SEU IMPOSTO DE RENDA PARA O HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE.

Não é nenhum bicho de 7 cabeças.



Doando ainda neste ano, **você pode destinar o potencial máximo de até 6% do seu IR** — seja a pagar ou a restituir — para o maior hospital pediátrico do Brasil, que atende crianças de todo o país.

É fácil, sem custo e salva vidas.

391.26 | NP

Confira o passo a passo em doepequenoprincipe.org.br

WORLD'S BEST SPECIALIZED HOSPITALS PEDIATRICS 2027 Newsweek powered by statista

HOSPITAL pequeno PRÍNCIPE